



Investment Bank

b) Remuneração de pessoal-chave da Administração: Anualmente, quando da realização da Assembleia Geral Ordinária, é fixado o montante global anual de remuneração dos administradores, conforme determina o Estatuto Social da Corretora. As pessoas chave da Administração foram remuneradas, como segue:

	31/12/2021	31/12/2020
Remuneração fixa	7.916	2.677
Bônus	9.257	4.296
Encargos sociais	5.657	2.379
Total	22.830	9.352
14. Receitas de prestação de serviços		
	2º Sem/2021	31/12/2021
Rendas de assessoria técnica	71.807	111.923
Rendas de comissões de colocação de títulos	269.877	409.005
Rendas de corretagens de operações em Bolsas	102.603	210.922
Rendas de serviços diferenciados - pessoa física	43	82
Total	444.130	731.832
15. Pessoal e encargos		
	2º Sem/2021	31/12/2021
Despesa de pessoal - benefícios	3.185	5.980
Despesa de pessoal - encargos sociais	7.850	15.940
Despesa de pessoal - proventos - bônus	21.335	40.910
Despesa de pessoal - treinamento	45.999	74.706
Despesa de remuneração de estagiários	34	46
Total	78.743	138.232
16. Tributárias		
	2º Sem/2021	31/12/2021
Despesas com impostos sobre serviços - ISS	22.696	37.081
Despesas de contribuição social - COFINS	18.921	30.661
Despesas de contribuição - PIS	3.074	4.992
Outros	6.877	13.893
Total	53.568	86.607
17. Despesas diversas		
	2º Sem/2021	31/12/2021
Despesas com aluguel	143	266
Despesas com eventos, promoções e relações públicas	323	450
Despesas de serviços de terceiros	2.837	4.158
Despesas com serviços técnicos especializados	322	542
Despesas de viagem	232	236
Doações e patrocínios	2.508	2.508
Outras despesas	965	1.371
Total	7.230	9.531
Rogério Villas Boas - Diretor		

UBS Brasil Corretora de Câmbio, Títulos e Valores Mobiliários S.A.

CNPJ nº 02.819.125/0001-73

18. Benefícios a empregados: i) Remuneração variável por desempenho: A Corretora adota o programa de remuneração global do grupo UBS, e como parte deste programa, os funcionários são elegíveis ao recebimento anual de uma remuneração variável, além do seu salário fixo e demais benefícios. O programa estabelece critérios para pagamento desta remuneração por meio de 3 instrumentos, que possuem critérios de vencimento diferentes. Os instrumentos utilizados são: - Crédito em conta, através de folha de pagamento; em espécie. - Ações do grupo UBS AG (Equity Ownership Plan - EOP), negociadas na bolsa de Zurich ou Nova Iorque. Estas ações não são títulos patrimoniais da Corretora, portanto o passivo incorrido é mensurado por meio de seu valor justo e revelado ao término de cada período de reporte e na data de liquidação, sendo que qualquer mudança deve ser reconhecida no resultado do período. - Título de renda fixa do grupo UBS AG (Deferred Cash Compensation Plan - DCCP), emitido por esta entidade e, portanto, não se trata de um título patrimonial da Corretora, portanto o passivo incorrido é mensurado por meio de seu valor justo e revelado ao término de cada período de reporte e na data de liquidação, sendo que qualquer mudança deve ser reconhecida no resultado do período. A alocação do valor atribuído a cada funcionário dentre estes instrumentos é definida de acordo com os valores envolvidos, sendo que a utilização de outros instrumentos diferentes do crédito em conta, via folha de pagamento e de dinheiro à vista, só impacta funcionários que possuem remuneração acima de um determinado montante. Em 31 de dezembro de 2021 a provisão total considerando os encargos representa R\$ 94.182 (R\$ 60.479 em 2020), que contempla parcialmente a conta "Provisão de pagamentos a efetuar - Despesas de pessoal". ii) Previdência complementar: A Corretora concede benefício aos seus funcionários que aderiram ao plano de previdência complementar de contribuição definida. A despesa com a contribuição fixa e variável efetuada pela Corretora no período foi de R\$ 1.921 (R\$ 1.276 em 2020) e estão apresentadas em despesas de pessoal. O plano de previdência é administrado pela Mapfre Seguros S.A. 19. Gerenciamento de riscos: A Corretora, visando proporcionar uma alocação de capital mais eficiente, elabora as suas políticas objetivando estabelecer limites operacionais e procedimentos destinados a manter a exposição ao risco em níveis considerados aceitáveis pela Instituição. O gerenciamento de riscos conta com uma estrutura integrada e uma Declaração de Apetite ao Risco (RAS) que são revisadas pela Diretoria Executiva e o Conselho de Administração anualmente, que têm participação interna. O gerenciamento de riscos é realizado de forma consolidada para a UBS BB Serviços de Assessoria Financeira e Participações S.A., que inclui os ativos e passivos da Corretora além de outras entidades. Risco de crédito: Risco de crédito é a possibilidade de ocorrência de perdas associadas ao não cumprimento da contraparte de suas obrigações contratuais com a entidade. A definição de risco de crédito inclui, entre outras coisas: • Risco de contraparte: é a possibilidade de não cumprimento de obrigações relacionadas à liquidação de operações com ativos financeiros, incluindo instrumentos financeiros derivativos. • Risco país: é a possibilidade de perdas relacionadas ao não cumprimento de obrigações associadas a contraparte ou instrumento mitigador localizados fora do País, incluindo o risco soberano, em que a exposição é assumida perante governo central de jurisdição estrangeira. • Risco de emissor: potencial perda que pode ocorrer em um título de crédito negociável em função da deterioração creditícia do emissor do título. Em 31 de dezembro de 2021 e 2020, os ativos estavam representados substancialmente por Aplicações Interfinanceiras dos quais as contrapartes são bancos brasileiros com baixo risco de crédito e títulos emitidos pelo governo brasileiro. Risco de Liquidez: O risco de liquidez é a possibilidade de a instituição não ser capaz de honrar eficientemente suas obrigações esperadas e inesperadas, correntes e futuras. A Corretora mantém limite mínimo de caixa, com capacidade de obtenção de recursos no mercado. Com um robusto controle, observa os limites mínimos de saídas das caixas diários e projeções de necessidade de

caixa, no gerenciamento dos estoques de ativos de alta liquidez e simulações de cenários adversos. Risco de Mercado: É a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes da flutuação nos valores de mercado das posições detidas pela Corretora, bem como das suas margens financeiras, incluindo os riscos das operações sujeitas à (i) variação cambial, (ii) taxas de juros, (iii) dos preços de ações e (iv) dos preços de mercadorias. O controle de risco de mercado é realizado pela aplicação dos procedimentos instituídos em políticas corporativas e atendendo à regulação local. O caixa da Corretora é investido em baixa exposição ao Risco de Mercado. A área de Gestão de Riscos monitora diariamente o risco de mercado, acompanhando através de ferramenta especializada (sistema Mitra, desenvolvido pela empresa Luz Soluções Financeiras) e de relatórios. Metodologias aplicadas na gestão de risco de mercado - Valor em Risco (VaR): O Valor em Risco ou VaR (Value-at-Risk) é o padrão utilizado pelo mercado e pela Corretora. Trata-se de uma medida que resume em forma apropriada a exposição ao risco de mercado e representa a máxima perda potencial no valor de mercado que, em condições normais de mercado, pode ocasionar uma determinada posição ou carteira, considerando um grau de certeza (nível de confiança) e um horizonte temporal definidos. Economic Value Sensitivity (EVS): O Economic Value Sensitivity (EVS) é uma medida que representa o efeito de choques paralelos de +100bps nas curvas de deságio dos títulos públicos, sendo consideradas as maiores perdas por fator de risco. Cenário 1: choque de +10bps e -10bps nas curvas de deságio dos títulos públicos, sendo consideradas as maiores perdas por fator de risco. Cenário 2: choque de +100bps e -100bps nas curvas de deságio dos títulos públicos, sendo consideradas as maiores perdas por fator de risco. Cenário 3: choque de +100bps e -100bps nas curvas de deságio dos títulos públicos, sendo consideradas as maiores perdas por fator de risco.

Curva de deságio dos títulos públicos. (45.205) (450.454) (4.444.761). Risco Operacional: É a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes de falha, deficiência ou inadequação de processos internos, pessoas e sistemas, ou de eventos externos. Inclui o risco legal associado à inadequação ou deficiência em contratos firmados pela instituição, bem como as sanções em razão de descumprimento de dispositivos legais e indenizações por danos a terceiros decorrentes das atividades desenvolvidas pela Instituição. A Corretora, atendendo às determinações das políticas corporativas e dos órgãos reguladores, bem como visando aprimorar seus controles internos, desenvolveu uma estrutura para gerenciar o Risco Operacional ao qual a instituição está exposta. Essa estrutura tem como objetivo identificar, avaliar, monitorar, controlar e mitigar o risco operacional inerente aos produtos, processos, serviços, atividades e sistemas da Instituição. As descrições das estruturas desses gerenciamentos estão disponibilizadas no site <https://www.ubs.com/global/pl/legalinfo2/brazil/risk-control.html>. O Conglomerado do UBS está classificado no segmento S4 nos termos da resolução nº 4.553/17 que estabelece a segmentação do conjunto das instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil para fins de aplicação proporcional da regulação prudencial. 20. Resultado recorrente e não recorrente: Não foram identificados no período resultados não recorrentes de magnitude material ou que não estejam relacionados com as atividades do CCTVM. 21. Outras informações: A pandemia da Covid-19 afetou drasticamente o cenário global e criou enormes desafios em todos os aspectos da sociedade, em saúde, segurança e economia. A administração avalia de forma constante o impacto da pandemia nas operações e na posição patrimonial e financeira da Corretora, com o objetivo de implementar medidas apropriadas para mitigar seus impactos, todavia a Administração não tem o conhecimento de nenhuma incerteza material que possa gerar dúvidas significativas sobre a sua capacidade de continuar operando e, desta forma, as demonstrações financeiras foram preparadas considerando este princípio.

Nicole Marconi Campana - Contadora CRC 1SP336208/O-0

Aos acionistas e aos Administradores do UBS Brasil Corretora de Câmbio, Títulos e Valores Mobiliários S.A. - São Paulo - SP. **Opinião:** Examinamos as demonstrações financeiras da UBS Brasil Corretora de Câmbio, Títulos e Valores Mobiliários S.A. ("Corretora") que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2021 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas selecionadas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do UBS Brasil Corretora de Câmbio, Títulos e Valores Mobiliários S.A. em 31 de dezembro de 2021, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (BACEN), incluindo a Resolução nº 4.818 do Conselho Monetário Nacional (CMN) e a Resolução nº 02/20 do Banco Central do Brasil (BACEN). **Base para opinião:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação a Corretora, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor:** A administração da Corretora é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar

distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito. **Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras:** A administração é responsável pela elaboração e adequação apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, incluindo Resolução nº 4.818 do Conselho Monetário Nacional e Resolução nº 02/20 do Banco Central do Brasil (BACEN), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade da Corretora continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Corretora ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Corretora são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por

fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Corretora. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Corretora. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Corretora a não mais se manter em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que eventualmente tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

São Paulo, 11 de março de 2022.

ERNST & YOUNG Auditores Independentes S.S. CRC-2SP034519/O-6

Renato Nantes Contador CRC - 1RJ115629/O-7

